



---

**ESTADO DO AMAZONAS  
MUNICÍPIO DE IRANDUBA**

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
LEI Nº 523, DE 30 DE MAIO DE 2023.**

DISPÕE sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

O Presidente da Câmara Municipal de Iranduba, Kelison Dieb da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 157, § 1º, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e eupromulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1.º** - Esta Lei dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista contra procedimentos irregulares e abusivos na contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

**Art. 2.º** - Ficam obrigadas as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, ao celebrar, não presencialmente, contratos de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado com pessoas idosas, aposentados e pensionistas, a enviar as condições do contrato por e-mail e, em caso de impossibilidade ou de solicitação, por via postal ou outro meio físico que possibilite o correto acompanhamento dos termos do contrato.

**Parágrafo Único** – Proíbe as instituições financeiras correspondente bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de realizar qualquer atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimos de qualquer natureza.

**Art. 3.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta Lei.

**Art. 4.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento desta Lei.

**Art. 5.º** - O descumprimento desta Lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

**Art. 6.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 07 de julho de 2023.

**Ver. Kelison Dieb da Silva – PSD**

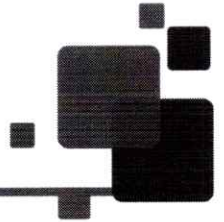
**Presidente da Câmara Municipal de Iranduba**

**Publicado por:**  
Vanilson de Nazaré Silva Leal  
**Código Identificador:** J566J6A6D

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas no dia 12/07/2023 - Nº 3403. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariomunicipalaam.org.br>





**LEI Nº 523, DE 30 DE MAIO DE 2023.**

DISPÕE sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

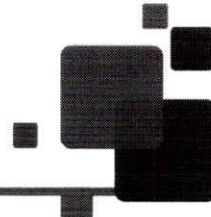
O Presidente da Câmara Municipal de Iranduba, Kelison Dieb da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 157, § 1º, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1.º** - Esta Lei dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista contra procedimentos irregulares e abusivos na contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

**Art. 2.º** - Ficam obrigadas as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, ao celebrar, não presencialmente, contratos de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado com pessoas idosas, aposentados e pensionistas, a enviar as condições do contrato por e-mail e, em caso de impossibilidade ou de solicitação, por via postal ou outro meio físico que possibilite o correto acompanhamento dos termos do contrato.

**Parágrafo Único** – Proíbe as instituições financeiras correspondente bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de realizar qualquer atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo



de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimos de qualquer natureza.

**Art. 3.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta Lei.

**Art. 4.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento desta Lei.

**Art. 5.º** - O descumprimento desta Lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

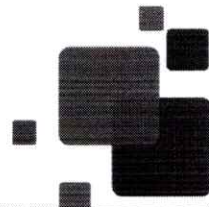
**Art. 6.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 07 de julho de 2023.

  
**Ver. Kelison Dieb da Silva – MDB**  
**Presidente da Câmara Municipal de Iranduba**



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 156/2023/GABPRES/CMI

Iranduba-Am, 07 de junho de 2023.

À Sua Excelência o Senhor  
**José Augusto Ferraz de Lima**  
Prefeito Municipal de Iranduba

Senhor Prefeito,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, vimos pelo presente encaminhar a Redação Final da Lei Nº 523 de 30 de maio de 2023, que dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito no Município de Iranduba, lido e aprovado em plenário na Reunião Ordinária do dia 30 de maio de 2023.

Na oportunidade, solicito o encaminhamento da Lei sancionada a este Poder Legislativo.

Atenciosamente,

  
**Ver. Kelison Dieb da Silva – MDB**  
**Presidente da Câmara Municipal de Iranduba**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
PROTOCOLO N 3777  
12/06/23 AS 04:34 HORAS  
Nº DE FOLHAS 03  
FUNÇÃO





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJRF

---

**LEI Nº 523, DE 30 DE MAIO DE 2023**

*DISPÕE sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.*

O Prefeito Municipal de Iranduba, **José Augusto Ferraz de Lima**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

**LEI**

**Art. 1.º** - Esta Lei dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista contra procedimentos irregulares e abusivos na contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

**Art. 2.º** - Ficam obrigadas as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, ao celebrar, não presencialmente, contratos de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado com pessoas idosas, aposentados e pensionistas, a enviar as condições do contrato por e-mail e, em caso de impossibilidade ou de solicitação, por via postal ou outro meio físico que possibilite o correto acompanhamento dos termos do contrato.

**Parágrafo único** – Proíbe as instituições financeiras correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de realizar qualquer atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJRF

**Art. 3.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta Lei.

**Art. 4.º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento desta Lei.

**Art. 5.º** - O descumprimento desta Lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

**Art. 6.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 30 de maio de 2023.



**VER. BRUNO DA SILVA LIMA - PSC**  
Presidente/CCJRF

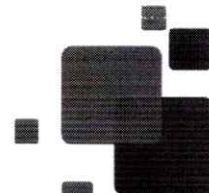
**VER. LUIZ FERNANDES DE MORAES FILHO - PV**  
Membro/CCJRF



**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**  
Membro/CCJRF



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 148/2023/GABPRES/CMI

Iranduba-Am, 02 de junho de 2023.

A Vossa Excelência o Senhor

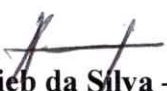
**Bruno da Silva Lima**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Senhor Presidente,

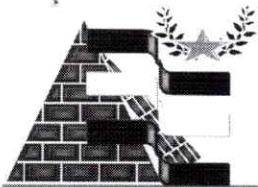
Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, vimos pelo presente encaminhar o processo nº 771/2023, que tem como proposição o Projeto de Lei nº 004/2023, de autoria da Ver. Larissa Gomes, que dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba, lido e aprovado em reunião ordinária do dia 30 de maio de 2023, que se proceda a redação final.

Atenciosamente,

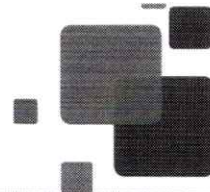
  
**Ver. Kelison Dieb da Silva – MDB**  
**Presidente da Câmara Municipal de Iranduba**

*Handwritten signature: Kelison Dieb da Silva*  
*06/06/2023*





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



PARECER Nº 20/2023-CCJRF

DA: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

AO: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM

LIDO E APROVADO EM PLENÁRIO

30/05/2023

SECRETÁRIO GERAL

**Ementa:**

*Projeto de Lei Nº 004/2023, de autoria da Vereadora Larissa Rufino Gomes – PSD, “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”*

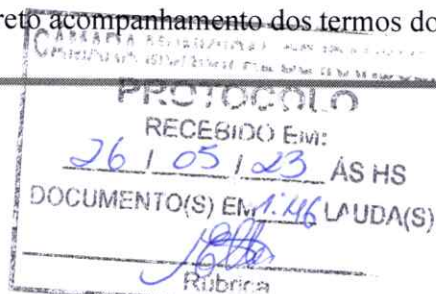
Relator: Vereador RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS

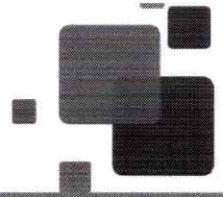
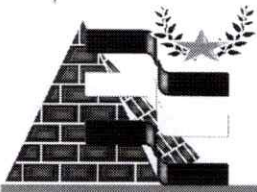
**I – RELATÓRIO.**

Com base no art. 36, caput, do Regimento Interno desta casa. Tramita nesta Comissão o processo nº 717/2022, lido em reunião ordinária 14 de março de 2023, encaminhado pela Presidência deste Poder Legislativo sob o ofício nº 045/2023/GABPRES/CMI, o Projeto de Lei N º004/2023, de autoria da Vereadora Larissa Rufino Gomes - PSD, “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”

O referido projeto de lei possui 06 (seis) artigos e prevê que:

(i) a obrigação das instituições financeiras, correspondentes bancárias e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, ao celebrar, não presencialmente, contratos de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado com pessoas idosas, aposentados e pensionistas, a enviar as condições do contrato por e-mail e, em caso de impossibilidade ou de solicitação, por via postal ou outro meio físico que possibilite o correto acompanhamento dos termos do contrato.





(ii) as instituições financeiras, correspondentes bancárias e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta lei.

(iii) as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento da lei.

(iv) o descumprimento desta lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

## II – ANÁLISE.

É axiomático a discricionariedade deste parlamento o conteúdo da autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, incisos I e II, disciplina a questão de acordo com suas peculiaridades locais:

### **Art. 30 - Compete aos Municípios**

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

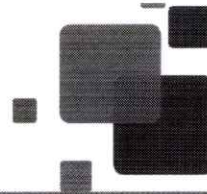
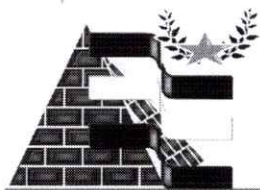
*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

De acordo com a justificativa da proponente, esta proposição vem no sentido de diminuir os procedimentos abusivos de contratação de crédito consignados para idosos, aposentados e pensionistas, haja vista que o assédio de bancos e financeiras aos mesmos ocorrem diariamente, trazendo transtornos e inúmeros prejuízos.

Ressalto ainda que durante as ligações para contratação, os idosos escolhem apenas o valor pretendido e o número de parcelas, quase sempre pré-aprovados. Observa-se, nas contratações de empréstimos consignados feito por telefone, que é impossível a instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, como também explicar de forma detalhada e adequada ao consumidor sobre







o preço do produto de serviço em moeda corrente nacional, montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, acréscimos legalmente previstos, números e periodicidade das prestação e soma total a pagar, com e sem financiamento, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e ou hipossuficiência do consumidor e consequentemente até a ignorância de muitos contratos firmados por meio telefônico.

Nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe é referente a proteção aos idosos e ao consumidor, portanto, o submetemos a apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

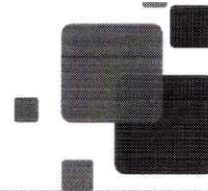
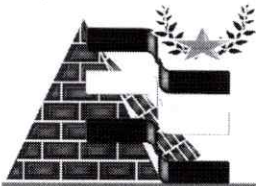
Tratando no campo do direito, enquanto não entram em vigor regras mais rígidas para a oferta de crédito consignado para aposentados e pensionistas, o assédio de bancos e financeiras a aposentados e pensionistas continua a ocorrer, com oferta de empréstimos. Este tipo de contratação desrespeita os princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como o Estatuto do Idoso. Não é difícil ouvir dos conhecidos ou dos familiares um caso de contratação de empréstimo financeiro equivocada de um aposentado ou pensionista com uma instituição financeira.

Na prática os contratos de empréstimos realizados por telefone são legítimos contratos de adesão e, portanto, o contratante após receber a ligação da instituição financeira, resta apenas a escolha do valor pretendido e o número de parcelas (quase sempre valores pré-aprovados). Em contrapartida, deve o contratado informar ao contratante as cláusulas contratuais que impliquem restrição ou limitação de direitos, redigindo-as com destaque suficiente a permitir compreensão plena. Todavia, se conclui que, nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível à instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e saúde do consumidor e consequentemente a invalidade dos contratos firmados por meio telefônico.

Quanto aos parâmetros do controle de constitucionalidade da referida PL no que tange a proposição da iniciativa do mesmo, vejamos o recente julgado na corte superior que embasam essa relatoria diante do controle de legalidade em caráter jurisprudencial:



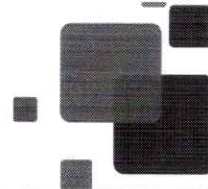
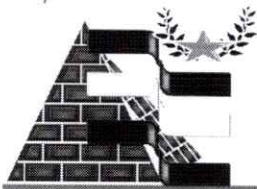




**MEDIDA CAUTELAR EM  
AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE.  
CONVERSÃO EM JULGAMENTO  
DEFINITIVO. LEI N. 20.276 DO  
PARANÁ. PROIBIÇÃO A  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS,  
CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E  
SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO  
MERCANTIL DE REALIZAREM  
PUBLICIDADE E OU ATIVIDADE DE  
CONVENCIMENTO DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS  
PARA A CONTRATAÇÃO DE  
EMPRÉSTIMOS. COMPETÊNCIA  
CONCORRENTE DO ESTADO PARA  
LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AO  
CONSUMIDOR. VULNERABILIDADE  
ECONÔMICA E SOCIAL DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS.  
PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO.  
AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE  
JULGADA IMPROCEDENTE. (STF -  
ADI: 6727 PR, RELATOR: CÁRMEN  
LÚCIA, DATA DE JULGAMENTO:  
12/05/2021, TRIBUNAL PLENO, DATA  
DE PUBLICAÇÃO: 20/05/2021)**

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou e validou em decisão unânime no Plenário, a lei do Estado do Paraná, que proíbe a oferta e a celebração de contrato de empréstimo bancário com aposentados e pensionistas por ligação telefônica. Na sessão virtual concluída em 11/5, o colegiado julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6727. Segundo a relatora, ministra Cármen Lúcia, a finalidade da norma é reforçar a proteção a esse grupo de consumidores.

A referida Lei estadual 20.276/2020, matéria em discussão em ADI, no que refere a possível usurpação de competência, a referida norma, proibia as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação



de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

Na ADI, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) sustentava que teria sido usurpada a competência legislativa da União para a disciplina sobre propaganda comercial, direito civil e política de crédito. A norma também seria contrária aos princípios da proporcionalidade e da livre iniciativa. A Lei estadual 20.276/2020 proíbe instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

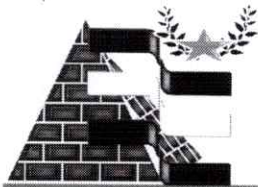
Em seu voto, seguido por unanimidade, a ministra Cármen Lúcia destacou que a maior parte dos aposentados e pensionistas é composta de pessoas idosas, que devem ser protegidas e amparadas, nos termos do artigo 230 da Constituição Federal e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Em sua avaliação, a norma estadual trata estritamente da proteção do consumidor e do idoso e não invade, portanto, a competência privativa da União alegada pela entidade. "O que se dispõe na lei paranaense é a adoção de política pública para a proteção econômica do idoso contra o assédio publicitário, não raro gerador de endividamento por onerosidade excessiva", apontou.

Dessa forma, sobre o prisma constitucional, imbuído pelas jurisprudências acima citadas, bem como, a análise jurídica da Ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal, as balizas fixadas na referida PL nº 004/2023 de autoria da Excelentíssima Vereadora Larissa Gomes, os artigos nele, visam à segurança jurídica e à transparência na concessão de empréstimos a esse grupo, inclusive com a exigência de assinatura em contrato e de apresentação de documento de identidade idôneo. A simples autorização dada ao telefone enseja a exposição a fraudes, abusos e até mesmo coação por terceiros.

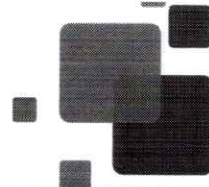
A norma municipal, não interfere em relações contratuais bancárias, reforça a parcela de proteção dos idosos, sendo estes, consumidores, que ficam expostos ao risco de dano. A lei também não conflita com os princípios e as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), mas apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo.







ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



Destarte, não foi verificado no Projeto de Lei nº 004/2023 não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal e material, pois a norma legislativa, apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo, sendo a redação normativa, a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

Na oportunidade, com intuito de contribuir com o Projeto de Lei, irei propor ao plenário, uma emenda aditiva no texto da redação da propositura, para limitar a oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza, na defesa da proteção do idoso, e do direito do consumidor.

Face ao exposto, e pelas precedentes razões, o Projeto de Lei nº 004/2023 está em conformidade com os dispositivos legais e regimentais que credenciam a apresentação da proposição, cuja análise foi feita pela CCJRF. No mérito, me manifesto **FAVORAVELMENTE** à matéria.

**III – VOTO.**

Sendo assim, a Relatoria dessa Comissão da CCJRF, **OPINA** pela constitucionalidade e legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei 004/2023, por não haver vícios de caráter formal e material.

**É O PARECER.**

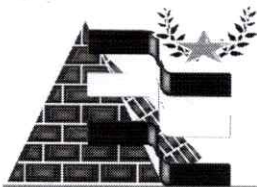
**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, em  
23 de maio de 2023.

**VER. BRUNO DA SILVA LIMA - PSC**  
Presidente – CCJRF

**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**  
Membro Relator – CCJR

**VER. LUIZ FERNANDES DE MOARES FILHO - PV**  
Membro – CCJRF





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



**EMENDA ADITIVA Nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 004/2023**

LIDO E APROVADO EM PLENÁRIO  
30 / 05 / 2023  
SECRETÁRIO GERAL

*Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 004/2023, que “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”*

Proposta: Acrescentar no Art 2º, o Art. 2º B, na forma de adicional;

“ **Art 1º** - Inclua-se ao art 2º do Projeto de Lei de nº 004/2023, o artigo 2º B, na forma de adicional passando a vigorar com a seguinte redação”;

Art 1º -.....

Art 2º -.....

Art. 2B - Proíbe as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de realizar qualquer atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza.

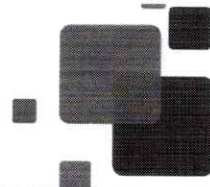
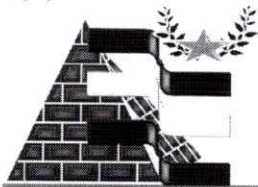
Art 3º -.....

Art 4º -.....

Art 5º -.....

Art 6º -.....

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, em  
23 de maio de 2023



### JUSTIFICATIVA

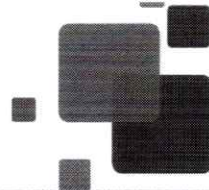
A presente Emeda Aditiva nº 01/2023, visa apenas contribuir e ampliar juridicamente com o arcabouço do Projeto de Lei nº 004/2023, garantido ainda a mais o direito do consumidor e a proteção da pessoa idosa, no que concerne a proibição das instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, realizar qualquer **atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade** tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza.

Sabe-se que este tipo de contratação desrespeita os princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como, o Estatuto do Idoso. Não é difícil ouvir dos conhecidos ou dos familiares um caso de contratação de empréstimo financeiro equivocada de um aposentado ou pensionista com uma instituição financeira, advindo do telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade, entre outros meios de comunicação.

**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**

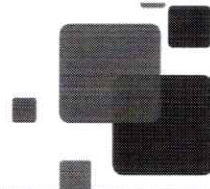
Vereador





Praça dos Três Poderes, 60—CENTRO  
 Iranduba-AM - CEP 69415-00  
 em [iranduba@hotmail.com](mailto:iranduba@hotmail.com)





(ii) as instituições financeiras, correspondentes bancárias e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta lei.

(iii) as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento da lei.

(iv) o descumprimento desta lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

## II – ANÁLISE.

É axiomático a discricionariedade deste parlamento o conteúdo da autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, incisos I e II, disciplina a questão de acordo com suas peculiaridades locais:

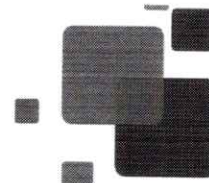
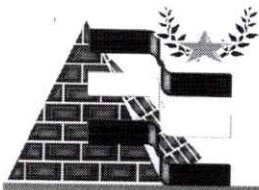
### **Art. 30 - Compete aos Municípios**

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

De acordo com a justificativa da proponente, esta proposição vem no sentido de diminuir os procedimentos abusivos de contratação de crédito consignados para idosos, aposentados e pensionistas, haja vista que o assédio de bancos e financeiras aos mesmos ocorrem diariamente, trazendo transtornos e inúmeros prejuízos.

Ressalto ainda que durante as ligações para contratação, os idosos escolhem apenas o valor pretendido e o número de parcelas, quase sempre pré-aprovados. Observa-se, nas contratações de empréstimos consignados feito por telefone, que é impossível a instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, como também explicar de forma detalhada e adequada ao consumidor sobre



o preço do produto de serviço em moeda corrente nacional, montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, acréscimos legalmente previstos, números e periodicidade das prestação e soma total a pagar, com e sem financiamento, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e ou hipossuficiência do consumidor e consequentemente até a ignorância de muitos contratos firmados por meio telefônico.

Nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe é referente a proteção aos idosos e ao consumidor, portanto, o submetemos a apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

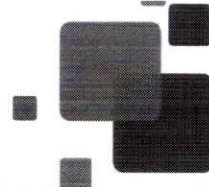
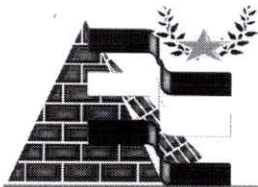
Tratando no campo do direito, enquanto não entram em vigor regras mais rígidas para a oferta de crédito consignado para aposentados e pensionistas, o assédio de bancos e financeiras a aposentados e pensionistas continua a ocorrer, com oferta de empréstimos. Este tipo de contratação desrespeita os princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como o Estatuto do Idoso. Não é difícil ouvir dos conhecidos ou dos familiares um caso de contratação de empréstimo financeiro equivocada de um aposentado ou pensionista com uma instituição financeira.

Na prática os contratos de empréstimos realizados por telefone são legítimos contratos de adesão e, portanto, o contratante após receber a ligação da instituição financeira, resta apenas a escolha do valor pretendido e o número de parcelas (quase sempre valores pré-aprovados). Em contrapartida, deve o contratado informar ao contratante as cláusulas contratuais que impliquem restrição ou limitação de direitos, redigindo-as com destaque suficiente a permitir compreensão plena. Todavia, se conclui que, nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível à instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e saúde do consumidor e consequentemente a invalidade dos contratos firmados por meio telefônico.

Quanto aos parâmetros do controle de constitucionalidade da referida PL no que tange a proposição da iniciativa do mesmo, vejamos o recente julgado na corte superior que embasam essa relatoria diante do controle de legalidade em caráter jurisprudencial:





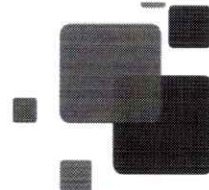
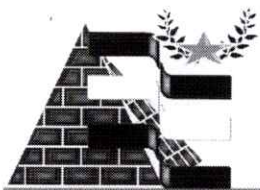


**MEDIDA CAUTELAR EM  
AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE.  
CONVERSÃO EM JULGAMENTO  
DEFINITIVO. LEI N. 20.276 DO  
PARANÁ. PROIBIÇÃO A  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS,  
CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E  
SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO  
MERCANTIL DE REALIZAREM  
PUBLICIDADE E OU ATIVIDADE DE  
CONVENCIMENTO DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS  
PARA A CONTRATAÇÃO DE  
EMPRÉSTIMOS. COMPETÊNCIA  
CONCORRENTE DO ESTADO PARA  
LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO AO  
CONSUMIDOR. VULNERABILIDADE  
ECONÔMICA E SOCIAL DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS.  
PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO.  
AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE  
JULGADA IMPROCEDENTE. (STF -  
ADI: 6727 PR, RELATOR: CÁRMEN  
LÚCIA, DATA DE JULGAMENTO:  
12/05/2021, TRIBUNAL PLENO, DATA  
DE PUBLICAÇÃO: 20/05/2021)**

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou e validou em decisão unânime no Plenário, a lei do Estado do Paraná, que proíbe a oferta e a celebração de contrato de empréstimo bancário com aposentados e pensionistas por ligação telefônica. Na sessão virtual concluída em 11/5, o colegiado julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6727. Segundo a relatora, ministra Cármen Lúcia, a finalidade da norma é reforçar a proteção a esse grupo de consumidores.

A referida Lei estadual 20.276/2020, matéria em discussão em ADI, no que refere a possível usurpação de competência, a referida norma, proibia as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação





de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

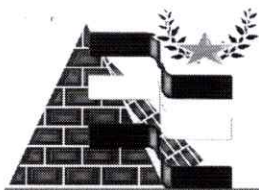
Na ADI, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) sustentava que teria sido usurpada a competência legislativa da União para a disciplina sobre propaganda comercial, direito civil e política de crédito. A norma também seria contrária aos princípios da proporcionalidade e da livre iniciativa. A Lei estadual 20.276/2020 proíbe instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

Em seu voto, seguido por unanimidade, a ministra Cármen Lúcia destacou que a maior parte dos aposentados e pensionistas é composta de pessoas idosas, que devem ser protegidas e amparadas, nos termos do artigo 230 da Constituição Federal e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Em sua avaliação, a norma estadual trata estritamente da proteção do consumidor e do idoso e não invade, portanto, a competência privativa da União alegada pela entidade. "O que se dispõe na lei paranaense é a adoção de política pública para a proteção econômica do idoso contra o assédio publicitário, não raro gerador de endividamento por onerosidade excessiva", apontou.

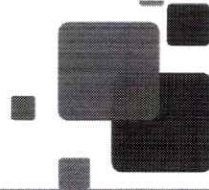
Dessa forma, sobre o prisma constitucional, imbuído pelas jurisprudências acima citadas, bem como, a análise jurídica da Ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal, as balizas fixadas na referida PL nº 004/2023 de autoria da Excelentíssima Vereadora Larissa Gomes, os artigos nele, visam à segurança jurídica e à transparência na concessão de empréstimos a esse grupo, inclusive com a exigência de assinatura em contrato e de apresentação de documento de identidade idôneo. A simples autorização dada ao telefone enseja a exposição a fraudes, abusos e até mesmo coação por terceiros.

A norma municipal, não interfere em relações contratuais bancárias, reforça a parcela de proteção dos idosos, sendo estes, consumidores, que ficam expostos ao risco de dano. A lei também não conflita com os princípios e as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), mas apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo.





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



Destarte, não foi verificado no Projeto de Lei nº 004/2023 não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal e material, pois a norma legislativa, apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo, sendo a redação normativa, a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

Na oportunidade, com intuito de contribuir com o Projeto de Lei, irei propor ao plenário, uma emenda aditiva no texto da redação da propositura, para limitar a oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza, na defesa da proteção do idoso, e do direito do consumidor.

Face ao exposto, e pelas precedentes razões, o Projeto de Lei nº 004/2023 está em conformidade com os dispositivos legais e regimentais que credenciam a apresentação da proposição, cuja análise foi feita pela CCJRF. No mérito, me manifesto **FAVORAVELMENTE** à matéria.

**III – VOTO.**

Sendo assim, a Relatoria dessa Comissão da CCJRF, **OPINA** pela constitucionalidade e legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei 004/2023, por não haver vícios de caráter formal e material.

É O PARECER.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, em  
23 de maio de 2023.

**VER. BRUNO DA SILVA LIMA - PSC**

Presidente – CCJRF

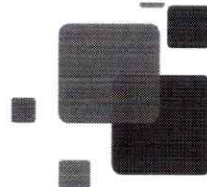
  
**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**

Membro Relator – CCJR

**VER. LUIZ FERNANDES DE MOARES FILHO - PV**

Membro – CCJRF





**EMENDA ADITIVA Nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 004/2023**

*Acréscima dispositivo ao Projeto de Lei nº 004/2023, que “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”*

Proposta: Acrescentar no Art 2º, o Art. 2º B, na forma de adicional;

“ **Art 1º** - Inclua-se ao art 2º do Projeto de Lei de nº 004/2023, o artigo 2º B, na forma de adicional passando a vigorar com a seguinte redação”;

Art 1º -.....

Art 2º -.....

Art. 2B - Proíbe as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, de realizar qualquer atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza.

Art 3º -.....

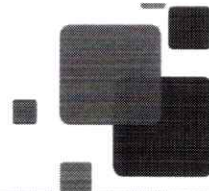
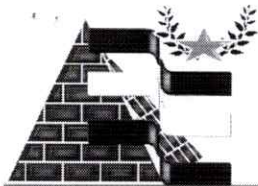
Art 4º -.....

Art 5º -.....

Art 6º -.....

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, em  
23 de maio de 2023





### JUSTIFICATIVA

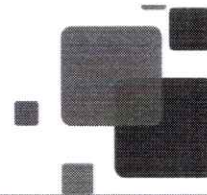
A presente Emeda Aditiva nº 01/2023, visa apenas contribuir e ampliar juridicamente com o arcabouço do Projeto de Lei nº 004/2023, garantido ainda a mais o direito do consumidor e a proteção da pessoa idosa, no que concerne a proibição das instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no Município de Iranduba, realizar qualquer **atividade de telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade** tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza.

Sabe-se que este tipo de contratação desrespeita os princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como, o Estatuto do Idoso. Não é difícil ouvir dos conhecidos ou dos familiares um caso de contratação de empréstimo financeiro equivocada de um aposentado ou pensionista com uma instituição financeira, advindo do telemarketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade, entre outros meios de comunicação.

**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**

Vereador





PARECER Nº 90 /2023-CCJRF

DA: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

AO: PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM

**Ementa:**

*Projeto de Lei Nº004/2023, de autoria da Vereadora Larissa Rufino Gomes – PSD, “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”*

Relator: Vereador RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS

**I – RELATÓRIO.**

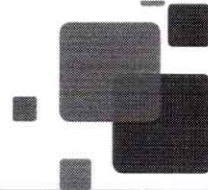
Com base no art. 36, caput, do Regimento Interno desta casa. Tramita nesta Comissão o processo nº 717/2022, lido em reunião ordinária 14 de março de 2023, encaminhado pela Presidência deste Poder Legislativo sob o ofício nº 045/2023/GABPRES/CMI, o Projeto de Lei N º004/2023, de autoria da Vereadora Larissa Rufino Gomes - PSD, “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”

**II – ANÁLISE.**

É axiomático a discricionariedade deste parlamento o conteúdo da autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, incisos I e II, disciplina a questão de acordo com suas peculiaridades locais:

**Art. 30 - Compete aos Municípios**

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*



*II - suplementar a legislação federal e a estadual  
no que couber;*

De acordo com a justificativa da proponente, esta proposição vem no sentido de diminuir os procedimentos abusivos de contratação de crédito consignados para idosos, aposentados e pensionistas, haja vista que o assédio de bancos e financeiras aos mesmos ocorrem diariamente, trazendo transtornos e inúmeros prejuízos.

Ressalto ainda que durante as ligações para contratação, os idosos escolhem apenas o valor pretendido e o número de parcelas, quase sempre pré-aprovados. Observa-se, nas contratações de empréstimos consignados feito por telefone, que é impossível a instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, como também explicar de forma detalhada e adequada ao consumidor sobre o preço do produto de serviço em moeda corrente nacional, montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, acréscimos legalmente previstos, números e periodicidade das prestações e soma total a pagar, com e sem financiamento, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e ou hipossuficiência do consumidor e consequentemente até a ignorância de muitos contratos firmados por meio telefônico.

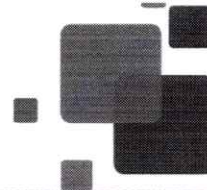
Nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe é referente a proteção aos idosos e ao consumidor, portanto, o submetemos a apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Tratando no campo do direito, enquanto não entram em vigor regras mais rígidas para a oferta de crédito consignado para aposentados e pensionistas, o assédio de bancos e financeiras a aposentados e pensionistas continua a ocorrer, com oferta de empréstimos. Este tipo de contratação desrespeita os princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor, bem como o Estatuto do Idoso. Não é difícil ouvir dos conhecidos ou dos familiares um caso de contratação de empréstimo financeiro equivocada de um aposentado ou pensionista com uma instituição financeira.

Na prática os contratos de empréstimos realizados por telefone são legítimos contratos de adesão e, portanto, o contratante após receber a ligação da instituição financeira, resta apenas a escolha do valor pretendido e o número de parcelas (quase sempre valores pré-aprovados). Em contrapartida, deve o contratado informar ao







contratante as cláusulas contratuais que impliquem restrição ou limitação de direitos, redigindo-as com destaque suficiente a permitir compreensão plena. Todavia, se conclui que, nas contratações de empréstimos consignados feitas por telefone é impossível à instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e saúde do consumidor e consequentemente a invalidade dos contratos firmados por meio telefônico.

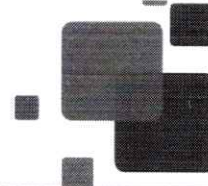
Quanto aos parâmetros do controle de constitucionalidade da referida PL no que tange a proposição da iniciativa do mesmo, vejamos o recente julgado na corte superior que embasam essa relatoria diante do controle de legalidade em caráter jurisprudencial:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.727. LEI PARANAENSE N. 20.276/2020. PROIBIÇÃO DE OFERTA POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRÉTIMOS, POR LIGAÇÃO TELEFÔNICA, A APOSENTADOS E PENSIONISTAS. ADOÇÃO DO RITO DO ART. 10 DA LEI N. 9.868/1999. PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS.**

**(PLENO DO STF- LEI PARANAENSE N. 20.276/2020 - ADI: nº 6.727: Relatora: Ministra CÁRMEN LÚCIA, Órgão Especial, Data de Publicação: 11/05/2021).**

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou em decisão unânime no Plenário, validou a lei do Paraná que proíbe a oferta e a celebração de contrato de empréstimo bancário com aposentados e pensionistas por ligação telefônica. Na sessão virtual concluída em 11/5, o colegiado julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6727. Segundo a relatora, ministra Cármen Lúcia, a finalidade da norma é reforçar a proteção a esse grupo de consumidores.

A referida Lei estadual 20.276/2020, matéria em discussão em ADI, no que refere a possível usurpação de competência, a referida norma, proibia as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação



de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

Na ADI, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) sustentava que teria sido usurpada a competência legislativa da União para a disciplina sobre propaganda comercial, direito civil e política de crédito. A norma também seria contrária aos princípios da proporcionalidade e da livre iniciativa. A Lei estadual 20.276/2020 proíbe instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil de fazerem publicidade dirigida a aposentados e pensionistas e estabelece que a contratação de empréstimos somente pode ser realizada após solicitação expressa do aposentado ou do pensionista.

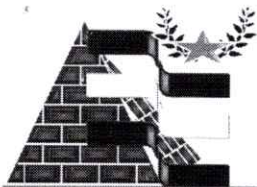
Em seu voto, seguido por unanimidade, a ministra Cármen Lúcia destacou que a maior parte dos aposentados e pensionistas é composta de pessoas idosas, que devem ser protegidas e amparadas, nos termos do artigo 230 da Constituição Federal e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Em sua avaliação, a norma estadual trata estritamente da proteção do consumidor e do idoso e não invade, portanto, a competência privativa da União alegada pela entidade. "O que se dispõe na lei paranaense é a adoção de política pública para a proteção econômica do idoso contra o assédio publicitário, não raro gerador de endividamento por onerosidade excessiva", apontou.

Dessa forma, sobre o prisma constitucional, imbuído pelas jurisprudências acima citadas, bem como, a análise jurídica da Ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal, as balizas fixadas na referida PL nº 004/2023 de autoria da Excelentíssima Vereadora Larissa Gomes, os artigos nele, visam à segurança jurídica e à transparência na concessão de empréstimos a esse grupo, inclusive com a exigência de assinatura em contrato e de apresentação de documento de identidade idôneo. A simples autorização dada ao telefone enseja a exposição a fraudes, abusos e até mesmo coação por terceiros.

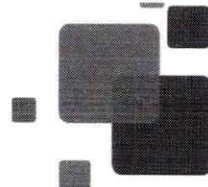
A norma municipal, não interfere em relações contratuais bancárias, reforça a parcela de proteção dos idosos, sendo estes, consumidores, que ficam expostos ao risco de dano. A lei também não conflita com os princípios e as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), mas apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo.







ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



Destarte, não foi verificado no Projeto de Lei nº 004/2023 não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal e material, pois a norma legislativa, apenas suplementa suas disposições, reforçando a proteção desse grupo, sendo a redação normativa, a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

Na oportunidade, com intuito de contribuir com o Projeto de Lei, irei propor ao plenário, uma emenda aditiva no texto da redação da propositura, para limitar a oferta comercial, proposta, publicidade ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer aposentados e pensionistas a celebrar contratos de empréstimo de qualquer natureza, na defesa da proteção do idoso, e do direito do consumidor.

Face ao exposto, e pelas precedentes razões, o Projeto de Lei nº 004/2023 está em conformidade com os dispositivos legais e regimentais que credenciam a apresentação da proposição, cuja análise foi feita pela CCJRF. No mérito, me manifesto FAVORAVELMENTE à matéria.

**III – VOTO.**

Sendo assim, a Relatoria dessa Comissão da CCJRF, **OPINA** pela constitucionalidade e legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei 004/2023, por não haver vícios de caráter formal e material.

É O PARECER.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA**, em  
15 de maio de 2023.

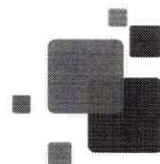
**VER. BRUNO DA SILVA LIMA - PSC**  
Presidente – CCJRF

**VER. RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**  
Membro Relator – CCJR

**VER. LUIZ FERNANDES DE MOARES FILHO - PV**  
Membro – CCJRF



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO CARNEIRO



Ofício nº13/GVRC/2023/CMI

Iranduba, 26 de abril de 2023.

A VOSSA EXCELÊNCIA O SENHOR  
**BRUNO DA SILVA LIMA**

Vereador – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - CCJRF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente Vossa Excelência, venho por meio deste encaminhar resposta, concernente ao parecer desta relatoria, que trata do Projeto de Lei Nº 004/2023 de autoria da Vereadora Larissa Rufino Gomes - PSD “Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.” e encaminho também uma emenda aditiva ao projeto.

Sem mais para o momento,

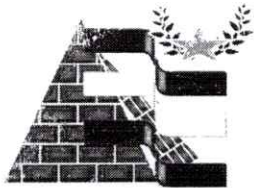
Atenciosamente,

  
**RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO**  
Vereador – REPUBLICANOS

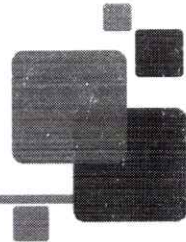
*Membro/ Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - CCJRF*

*Recebido  
Gabriel Carneiro  
29/05/2023*





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



Ofício nº014/2023/GVBL/CCJRF

**DESIGNAÇÃO DE RELATORIA**

Faço nesta a seguinte designação de relatoria, conforme determina o art. 52 do Regimento Interno desta casa:

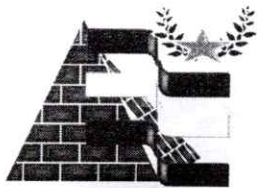
**Ao Vereador RAIMUNDO CARNEIRO – PRB**

**PROJETO DE LEI Nº 004/2023** – De autoria Da Vereadora Larissa Rufino Gomes “Que Dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.”

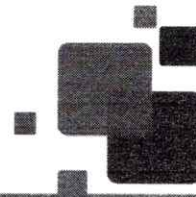
**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM, EM  
21 DE MARÇO DE 2023.**

  
**VER. BRUNO DA SILVA LIMA**  
Presidente/CCJRF

*Recebido por  
Antonio Marcos  
22/03/23*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 038/2023/GABPRES/CMI

Iranduba-Am, 10 de março de 2023.

A Vossa Excelência o Senhor


**Bruno da Silva Lima**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, vimos pelo presente encaminhar o processo nº 771/2023, que tem como proposição o Projeto de Lei nº 004/2023, de autoria da Ver. Larissa Gomes, que dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba, lido em reunião ordinária do dia 07 de março de 2023, para que Vossa Excelência juntamente com os membros exarem parecer.

Atenciosamente,

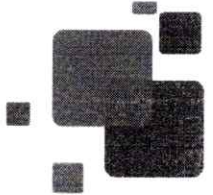
  
**Ver. Kelison Diéb da Silva – MDB**  
**Presidente da Câmara Municipal de Iranduba**

*Sabrina Fernandes*  
10/03/23





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GAB. DA VEREADORA LARISSA GOMES - PSD

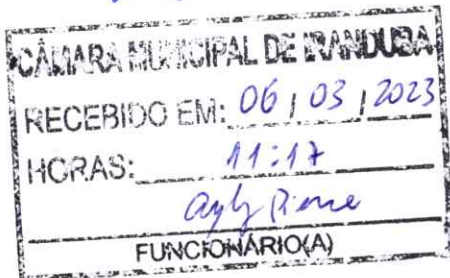


LEI Nº 004/2023

07 / 03 / 2023

SECRETÁRIO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 004/2023



DISPÕE sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista nos procedimentos de contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no Município de Iranduba.

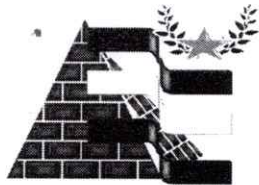
A Vereadora Larissa Gomes – PSD, da Câmara Municipal de Iranduba do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminha o referido Projeto de Lei para a douta apreciação e deliberação do Soberano Plenário:

LEI

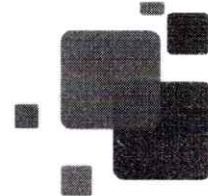
**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre a proteção da pessoa idosa, do aposentado e do pensionista contra procedimentos irregulares e abusivos na contratação não presencial de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado no município de Iranduba.

**Art. 2º** - Ficam obrigadas as instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em atividade no município de Iranduba, diretamente ou por meio de interposta pessoa física ou jurídica, ao celebrar, não presencialmente, contratos de empréstimos consignados e de cartão de crédito consignado com pessoas idosas, aposentados e pensionistas, a enviar as condições do contrato por e-mail e, em caso de impossibilidade ou de solicitação, por via postal ou outro meio físico que possibilite o correto acompanhamento dos termos do contrato.

**Art. 3º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão disponibilizar canal gratuito telefônico para que pessoas idosas, aposentados e pensionistas solicitem cópia da contratação de empréstimos de qualquer natureza ou de cartão de crédito consignado, ocasião em que deverão ser



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GAB. DA VEREADORA LARISSA GOMES - PSD



previamente esclarecidos sobre todas as condições de contratação a ser realizada nos moldes desta Lei.

**Art. 4º** - As instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil deverão manter canal de reclamação ativo para recebimento de denúncias sobre eventual descumprimento desta Lei.

**Art. 5º** - O descumprimento desta Lei pela instituição financeira implica violação ao direito do consumidor e aplicação das penalidades correspondentes previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de eventuais sanções cíveis e criminais.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

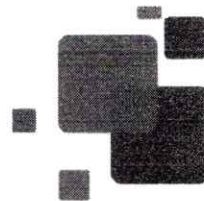
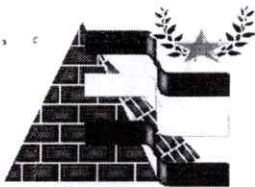
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 06 de março de 2023.



**LARISSA RUFINO GOMES**  
Vereadora/PSD







### JUSTIFICATIVA

[ Esta proposição vem no sentido de diminuir os procedimentos abusivos de contratação de crédito consignado para idosos, aposentados e pensionistas, haja vista que o assédio de bancos e financeiras aos mesmos ocorrem diariamente, trazendo transtornos e inúmeros prejuízos. ]

Sabe-se que muitos contratam sem a plena capacidade de conhecimento do que se está contratando após receberem inúmeras ligações da financeira, o que leva ao grande acúmulo de processos no Poder Judiciário, bem como o sofrimento do contratante em estar vinculado a prejuízos financeiros, que geram muito estresse e comprometem a sua saúde.

[ Durante as ligações para contratação, os idosos escolhem apenas o valor pretendido e o número de parcelas, quase sempre valores pré-aprovados. Observa-se, nas contratações de empréstimos consignados feito por telefone, que é impossível a instituição financeira cumprir todos os requisitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, como também explicar de forma detalhada e adequada ao consumidor sobre o preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional, montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, acréscimos legalmente previstos, número e periodicidade das prestações e soma total a pagar, com e sem financiamento, o que gera a vantagem, em favor da instituição, em função da idade e ou hipossuficiência do consumidor e consequentemente até a ignorância de muitos contratos firmados por meio telefônico.

Nota-se que o Projeto de Lei em epígrafe é referente a proteção aos idosos e ao consumidor, portanto, o submetemos a apreciação dos nobres Vereadores dessa Casa de Leis. ]

  
**LARISSA RUFINO GOMES**  
Vereadora/PSD